

SAIR DO EURO É PRECISO¹

1. - Com a reconstituição da *Grande Alemanha*, renasceram na França os medos do tempo do *Deutschland über Alles*, o que levou Mitterrand, na tentativa de ‘amarrar’ a Alemanha ao ‘barco europeu’, a propôr a criação da UEM, apesar de faltarem, na comunidade europeia, todos os requisitos de uma *zona monetária ótima*.

O Tratado de Maastricht, que toda a social-democracia europeia apoiou com entusiasmo militante, é, claramente, um “golpe de estado europeu” (R-M Jennar), “um modelo político de marca alemã”, que visou moldar uma “Europa marcada pelos alemães” (Habermas). Ele representa o momento crítico da submissão da ‘Europa’ ao *Consenso se Washington*, uma espécie de ‘código’ da *política de globalização neoliberal*.

Foi a Alemanha que impôs as *regras do jogo*, *regras* ditadas em função dos interesses do *grande capital financeiro*, de acordo com a ideologia do *ordoliberalismo alemão*, uma espécie de ‘ideologia oficial’ dos partidos dominantes na Alemanha (conservadores e sociais-democratas). E a hegemonia alemã acabou por afirmar-se com base na estrutura da UEM, nomeadamente com base no *euro alemão*, no estatuto de independência do BCE (perante o qual os bancos centrais nacionais são meras *repartições periféricas*), nas *regras* do PEC (*estúpidas e medievais* – Romano Prodi).

Estas *regras* (refinadas no *Tratado Orçamental*) estão a transformar a *política* na *aplicação mecânica de regras iguais para todos* (apesar das enormes diferenças entre os países do euro), e estão a matar a *soberania* dos povos europeus, i.é, estão a matar a democracia, porque o estado nacional é, nas condições históricas atuais, a matriz da liberdade e da cidadania e é o único espaço em que os trabalhadores conseguem organizar-se para enfrentar a *guerra de classes* contra o capital.

A *democracia* está a ser substituída pela *ditadura das regras*, a *ditadura do grande capital financeiro*, que tem imposto aos *países devedores* draconianas *políticas de austeridade*, que são *políticas de classe*, destinadas a salvar bancos falidos (*too big to fail, too big to jail*) à custa da falência de países inteiros e à custa do salário, dos direitos

¹ Comunicação enviada, a pedido da Organização, para um Encontro Internacional realizado em Barcelona (10.10.2015), promovido pela *Plataforma Salir del Euro*.

e da dignidade dos trabalhadores, a quem é negado o direito de participar na partilha dos ganhos de produtividade.

Tem razão o *Financial Times* quando escreve (maio/2012) que a UEM “não é uma união monetária, (...) é, de longe, muito mais parecida com um império”. É o *império alemão*, é o *império das regras* (as *regras do império*), que “trata a zona euro como se ela fosse uma sua filial” (J-C- Juncker).

Transformada a *Europa do euro* num campo de luta entre *credores* e *devedores*, as *regras* são o chicote dos credores para dominar e humilhar os devedores, impedindo que os eleitos possam honrar o mandato democrático que receberam do povo soberano, se esse mandato não respeitar as *regras* (*regras über Alles!*). Essas *regras* empobrecem, humilham, colonizam e escravizam os *povos do sul*, elas *pecam contra a dignidade dos povos* (disse-o o Presidente da Comissão Europeia, como quem confessa uma pecado grave). E os *aplicadores das regras* vêm exercendo o poder sem qualquer controlo democrático (como é próprio do poder imperial), vêm-se comportando como verdadeiros administradores coloniais e têm provocado danos gravíssimos à economia, à vida democrática, à soberania e à dignidade dos países devedores. Porque essas *regras* são concebidas sempre em função dos interesses do capital financeiro contra os interesses e os direitos dos povos e são impostas por uns para subjugar outros, em último termo para consolidar e reforçar os privilégios do capital sobre o trabalho. Essa foi sempre a função do estado de classe (estado escravagista, estado feudal ou estado capitalista).

Como todos os povos colonizados, os condenados à *escravidão por dívidas* têm o direito e o dever de lutar contra as *regras* impostas pelos ‘colonizadores’. É um direito reconhecido pela Carta das Nações Unidas. Os democratas só podem estar ao lado dos povos que lutam contra essas *regras* e essas *políticas de austeridade*, tal como estiveram contra o *colonialismo* e contra o *apartheid* (um *crime contra a Humanidade*), porque ninguém tem o direito de ofender a dignidade de povos inteiros e de os condenar ao estatuto de *colónias*, com *economias escravas* (*Financial Times* dixit).

2. - Muitos previram o *fracasso da fantasia UEM* (Paul Krugman), mais uma vez construída “à porta fechada, ignorando a população” (Habermas).

A realidade de hoje mostra cruamente o embuste que foi a chamada *Estratégia de Lisboa* (2000), ao proclamar o propósito de fazer da UE “a economia do conhecimento mais competitiva do mundo, acompanhada de um crescimento económico sustentável, com mais emprego e melhor qualidade e maior coesão social”.

Com efeito, desde a chegada do euro, a Europa tem-se afundado num crescimento anémico e têm-se agravado as diferenças entre as *panelas de ferro* e as *panelas de barro*, estas praticamente reduzidas a uma situação colonial. O Relatório da OCDE relativo a 2011 sublinha que “o contrato social está a desfazer-se em muitos países”. Em 2015 há na UE 123 milhões de pessoas (quase ¼ da população) em risco de pobreza e exclusão social, o desemprego atinge 24 milhões de pessoas (cerca de 11% da população ativa da UE/28), a taxa de desemprego dos jovens passou de 15% em 2007 para 23% em 2014, o número dos *pobres que trabalham* vem aumentando, mesmo na rica Alemanha. A guerra do capital contra o trabalho está a forçar a ‘Europa’ a desperdiçar quase ¼ da sua juventude, como normalmente acontece nas guerras.

Noutro plano, a situação atual na Europa caracteriza-se pela “assimetria entre poder e legitimidade. Um grande poder e pouca legitimidade do lado do capital e dos estados, um pequeno poder e uma elevada legitimidade do lado daqueles que protestam” (Ulrich Beck). É o retrato da *Europa do euro*, da *Europa que fala alemão*.

Anunciado como um instrumento capaz de fomentar a solidariedade efetiva e a aproximação entre os países e os povos da moeda única, o euro (o *euro alemão*) tem alimentado a desconfiança e a animosidade entre eles. Em vez de ser um instrumento de paz e de desenvolvimento harmonioso dos povos da Europa, o *euro alemão* está a mostrar a sua natureza de arma de guerra, de instrumento imperialista, de *subdesenvolvimento* e de *escravidão dos povos do sul*.

A UEM, da qual alguns terão esperado a consolidação da unidade europeia, acabou por produzir a melodramática *desunião europeia*, que despudoradamente se exhibe aos nossos olhos.

Por força da UEM, “a Europa tornou-se alemã”, “a crise do euro tirou definitivamente a legitimidade à Europa neoliberal”, e “a Europa alemã viola as condições fundamentais de uma sociedade europeia na qual valha a pena viver” (Ulrich Beck). “A

integração europeia – digo-o com Wolfgang Streeck – transformou-se numa catástrofe política e económica”.

Nesta *Europa do euro*, os *países devedores* (países que os jogos do capital endividaram para melhor os subjugar) “têm de aceitar as perdas de soberania e as ofensas à sua dignidade nacional” (W. Streeck). Foram-lhes amputando a sua *soberania* (a ‘história’ da *soberania partilhada* é uma farsa), prometendo-lhes, em troca, *solidariedade*. Logo que a crise chegou, os países mais fracos foram deixados sozinhos (pior: mal acompanhados pelas *troikas*): os *aplicadores de regras* vêm-lhes confiscando o que resta da sua soberania e negam-lhes o mínimo de solidariedade. É esta a *Europa do euro*, a *Europa dos credores*, a *Europa do capital*.

Nesta *Europa carcerária*, os *países devedores* estão condenados a ser *colónias* ou *filiais* da Alemanha, com “economias escravas”. Entre outras coisas, o último episódio da *tragédia grega* deixou claro que os povos da Europa não têm “a consciência de partilhar um destino europeu comum” (Habermas). Nesta *Europa do capital* não é, pois de esperar a *solidariedade* que se exige aos integrantes de uma mesma zona monetária, que partilham a mesma moeda. Uma zona monetária não se mantém com base na imposição de *regras iguais para todos* (ignorando as diferentes histórias, culturas e níveis de desenvolvimento entre os seus componentes). Uma zona monetária exige, sobretudo, este *sentimento de pertença* e esta *solidariedade sem limites*, que faltam em absoluto na zona euro e na UE.

3. – Ao admitir ser possível manter-se na Eurozona e, simultaneamente, libertar-se do garrote das *políticas de austeridade* e das ofensas à sua dignidade que elas implicam, o povo grego colocou a si próprio um problema tão impossível de resolver como a *quadratura do círculo*, uma equação que o fragiliza na ‘guerra’ que os *credores* vêm travando contra ele.

E o Governo do Syriza cometeu o erro político de ‘esquecer’ que os valores da ‘Europa’ nunca foram e não são a solidariedade, a coesão social, a harmonização por cima, o erro de não assumir que a UEM é uma estrutura imperialista do grande capital financeiro, que se traduz, para os países mais débeis do euro, em empobrecimento,

submissão e colonização. O erro de não assumir que as *políticas de austeridade* são, em grande medida, filhas do euro e das *regras* da UEM, das malhas tecidas no *Tratado de Maastricht* e reforçadas com o *Tratado Orçamental*. Por isso defendeu que só a permanência no ‘*paraíso*’ do euro salvaguarda o bem-estar e a dignidade do povo grego. Por isso proclamou aos quatro ventos, para que os credores ouvissem (e eles ouviram!), que o seu objetivo prioritário (irrenunciável) era o de manter a Grécia na zona euro, convencido de que é possível permanecer no euro e, ao mesmo tempo, cumprir a promessa de pôr termo às *políticas de austeridade*.

Na minha ótica, a derrota humilhante do povo grego às mãos dos *credores* deve-se também ao facto de o Governo do Syriza ter ido para as ‘negociações’ com “as instituições” (a nova máscara da *troika*) sem ter um plano B (um plano de saída do euro). A verdade é que as ‘negociações’ sempre decorreram com *os credores* (a verdadeira identidade dos *parceiros* da UE, que só o Primeiro-Ministro grego continuava a chamar *parceiros*). E, depois do falhanço das ‘negociações’ de fevereiro, Tsipras partiu para o 2º *round* sem ter preparado o complexo dossiê da saída do euro, apesar de ter garantido, durante a campanha eleitoral de que saiu vitorioso, não estar disponível para suportar “nenhum sacrifício pelo euro”. E não se preocupou em fazer *pedagogia política* junto da opinião pública grega com vista a ganhar o seu apoio para a ‘batalha’ com os *credores* e a prepará-la para compreender e aceitar enfrentar as dificuldades inerentes à saída do euro.

Sem poder utilizar a possibilidade de saída do euro como arma negocial, o Governo grego só podia esperar uma pesada derrota no combate que ia travar com os ‘credores inimigos’, mais experientes e mais fortes (até porque sabiam muito bem que o governo grego precisava de financiamento e que o sistema bancário grego precisava de liquidez), e peritos no manejo da arma do *medo*, ameaçando expulsar a Grécia do ‘paraíso eurista’.

Em entrevista ao *New Stateman* (julho/2012), Yanis Varoufakis diz-nos que, no seio do Governo, defendeu que, quando os credores obrigassem as autoridades gregas a fechar os bancos (o que significava, a seu ver, o propósito dos *credores* de “arrastar a Grécia para um acordo humilhante”), o Governo deveria reagir pondo em marcha o processo de abandono do euro, “mas sem passar para lá do ponto de não retorno”. Segundo ele, o governo do Syriza sempre entendeu que esse momento nunca chegaria e

não aprovou esta estratégia, tendo impedido que tivessem sido tomadas, em devido tempo, as medidas necessárias para preparar o povo para a saída do euro.

Para não sair do *paraíso*, o governo grego, na expectativa de que *os credores* lhe dessem “qualquer coisa que se parecesse com um acordo honroso”, aceitou continuar a participar na “mascarada” das ‘negociações’ ao longo do mês de junho, tendo cedido, em 25 de junho, “em nove décimos das exigências dos seus interlocutores” (confissão de Varoufakis).

Por razões que hoje me parecem muito estranhas (talvez de mera tática politqueira), o Primeiro-Ministro grego anunciou, em 27 de junho, a realização de um referendo, marcado para 5 de julho, para que o povo se pronunciasse (SIM ou NÃO) sobre o *programa de austeridade* que *os credores* lhe queriam impor.

O resultado do referendo foi uma vitória da coragem sobre o medo, da resistência sobre o colaboracionismo, da dignidade sobre o servilismo, da cidadania sobre o terrorismo, da política sobre as ‘regras’, da democracia sobre o “fascismo de mercado”, da paz sobre a guerra. E Varoufakis diz ter acreditado que o “impulso incrível” dado pelo povo grego iria viabilizar o seu projeto. Mas enganou-se. Tsipras preferiu reunir-se com dirigentes dos *partidos da troika*, aceitando que em nenhuma situação desafiaria o ‘clube dos credores’, para salvar a manutenção da Grécia no *paraíso do euro*. Claramente, a direção do Syriza passou-se para o lado dos credores, para o lado do capital financeiro, traindo o povo que votou NÃO no referendo, uma vitória da resistência sobre o colaboracionismo.

Ao anunciar publicamente este princípio, o Governo do Syriza colocou-se num beco sem saída, entregou-se na mão dos credores, desistiu de negociar, preferindo *capitular*, aceitando (quase ajudando a preparar) a *rendição incondicional* que o ‘inimigo’ sempre desejou. As cedências de Tsipras ultrapassaram o nível já atingido em finais de junho, o programa de austeridade rejeitado categoricamente no referendo. Foi uma humilhação para o povo grego.

Estas considerações não apagam a minha ideia de que a responsabilidade política dos *credores* da Grécia no castigo e na humilhação que infligiram ao povo grego é muito maior do que a de Tsipras e do seu Governo. Esta exemplar ‘história europeia’ acabou de

forma desastrosa para a Grécia, mas de *forma desonrosa* para os *credores*, que sabiam muito bem que a Grécia não estava preparada para abandonar o euro e puxaram a corda até que, já quase sem poder respirar, Tsipras aceitou o *ultimato de rendição incondicional*, mais humilhante que o *Tratado de Versalhes* foi para a Alemanha imperialista derrotada na guerra que tinha provocado.

O Primeiro-Ministro finlandês disse-o com todas as letras: “o que era importante para nós, desde o início, era conseguir condicionantes duras. Sentimos que isso foi conseguido no acordo”. É claro que este foi o objetivo de todos os *credores* que impuseram o *ultimato* a Tsipras no dia 12.7.2015: obrigá-lo a aceitar *condições duras*. E ele acabou por aceitar *condições muito duras*, a *rendição incondicional*. É o regresso da *escravidão por dívidas*.

Esta operação ainda não recorreu ao “modelo chileno dos anos 1970” (Wolfgang Streeck), talvez porque, como refere o sociólogo alemão, esta é *uma opção que não está ainda atualmente disponível*. A subjugação do ‘inimigo’ derrotado, espezinhando, como no Chile de Allende, a vontade democraticamente expressa pelo povo soberano, não recorreu, desta vez, aos tanques de um qualquer Pinochet. E não utilizou sequer os meios técnicos mais sofisticados que dispensam os tanques: os aviões, os *drones*, os bombardeamentos cirúrgicos (que só produzem *danos colaterais*). Mas é um golpe do mesmo tipo: um golpe contra a democracia e contra a soberania de um povo, impiedosamente sacrificado aos interesses do *império dos credores* e do capital financeiro que governa o mundo. A guerra está a regressar à Europa, mas os soldados invasores usam fardas e armamento muito diferentes dos utilizados anteriormente. Os ‘senhores da guerra’, porém, são praticamente os mesmos.

Dramaticamente, tal como aqueles que assinaram com a Alemanha nazi o *Pacto da vergonha* (Munique, 1938), também agora os dirigentes socialistas no poder (França e Itália) e os partidos socialistas na oposição (alguns dos quais estão entre os que chamavam Tsipras de *radical irresponsável* e agora o apelidam de *realista corajoso*) proclamam aos quatro ventos, orgulhosos do seu feito, que, graças a eles, foi conseguido este ‘acordo’ (recusam ver nele um *ultimato humilhante*), que dizem ter salvo a Grécia, o euro e a Europa. Não aprenderam nada com a História. E mentem despudoradamente: eles sabem que este *diktat* não salvou a Grécia de nada (nem do *Grexist*), nem salvou o

euro, nem salvou a ‘Europa’. *Este diktat condenou o povo grego a décadas de trabalho escravo ao serviço dos senhores-credores.*

Depois disto, é obrigatório extrair pelo menos esta lição, como fez Varoufakis: “Negociar com medo é algo que nunca mais deve acontecer a nenhum povo da região”.

A estratégia do governo do Syriza de tentar mudar, por dentro, as regras de funcionamento da zona euro falhou rotundamente. Porque a ‘Europa’ é o que é: uma construção imperialista inteiramente dominada pelo grande capital financeiro. *A Europa do capital e do euro* não muda, e muito menos muda a sua natureza, porque isso não está na sua natureza.

Os credores (UE, BCE, FMI, até o Ministro Schäuble) sabem muito bem que a dívida da Grécia (como a dívida de Portugal) é impagável. No início de 2015 (27.1.2015), o *Financial Times* reconhece que “o reembolso da dívida implicaria que a Grécia se transformasse numa economia escrava”. Sabem que a *austeridade* “exige *sacrifícios humanos* para apaziguar deuses invisíveis” (Paul Krugman). E sabem também que “não há exemplos de países que tenham recuperado de uma crise através da austeridade” (Joseph Stiglitz).

No entanto, apesar de algumas cedências na prática, o princípio da reestruturação e renegociação da dívida soberana continua a ser oficialmente recusado como algo de ‘subversivo’. O exemplo recente da Grécia mostra também que, no quadro da UEM, os *países credores* recusam qualquer possibilidade de reestruturação da dívida que asfixia os *países devedores*, por mais insustentável que seja essa dívida. Porque o seu objetivo é justamente o de ‘escravizar’ os *devedores*, transformando os *estados do sul* em *colónias*, com *economias escravas*.

Esta guerra contra o povo grego serviu também para mostrar aos demais povos das *colónias do sul* que, nesta *Europa do euro*, quem dita as regras são os *senhores-credores* da ‘metrópole’, restando aos povos das ‘colónias’ aceitar, submissamente, a sua sorte de colonizados.

Parece óbvio que aos povos que querem salvaguardar o seu estatuto de estados soberanos e a sua dignidade como povos só resta um caminho: libertar-se das cadeias do

euro e das *regras* da UEM e da EU, que não é, manifestamente, a ‘Europa dos povos’ de que alguns continuam a falar.

4. - É do domínio público que Schäuble tem um plano para pôr a Grécia fora do euro, pelo menos desde 2011, ano em que fez ao governo grego amigo uma proposta de saída negociada (apoiada). Numa das reuniões do *Eurogrupo* após o referendo na Grécia chegou a apresentar uma proposta para afastar a Grécia do clube do euro durante cinco anos. Mas o Presidente da Comissão Europeia admitiu em público (antes desta reunião do *Eurogrupo*) que “a Comissão tem um cenário de *Grexit* preparado e em detalhe”. Pôr os povos do sul fora do clube do euro é, pois, um projeto de todos os ‘alemães’ da *Europa do euro* (a *Europa alemã*).

No mesmo sentido vai a proposta mais refinada (mais cínica) apresentada por Hollande no início de agosto: reservar o euro para um núcleo duro de sete países e criar um euro fraco para os restantes (os *devedores*). Moral da história: os ‘pobres’ não têm lugar no *clube dos ricos* (a UE e a zona euro). A França de Hollande passou a integrar a *Europa de Vichy*, capitulacionista e colaboracionista.

É hoje claro que, na primeira oportunidade, mais cedo do que tarde, *os devedores* (espoliados dos seus recursos, empobrecidos e colonizados) serão empurrados para fora do euro, ainda que contra a sua vontade.

Tudo aconselha, pois, a que Portugal, a Grécia e outros países do sul se preparem para o que aí vier, analisando todas as implicações da saída do euro, preparando-se para tomar essa decisão quando as condições o aconselharem, sem se deixarem colocar na situação de serem corridos, com o mesmo ‘carinho’ com que agora estão a ser acolhidos os refugiados sírios. Só deste modo se poderão preparar os povos para o endurecimento da luta de classes, porque o euro é um instrumento de domínio, no quadro da luta de classes que se vem travando na Europa. Só deste modo poderão criar-se as condições que permitam acertar com os ‘donos’ da UEM uma saída que diminua os custos que ela implica para os trabalhadores e para a economia nacional.

5. - Em Portugal, a necessidade de encarar e de estudar a sério a saída do euro só é defendida, a nível partidário, pelo PCP (o único partido que, na altura própria, votou contra o Tratado de Maastricht e contra a adesão de Portugal ao euro). Mas vários autores, de diferentes orientações políticas, vêm convergindo neste sentido.

Já em 2011 João Ferreira do Amaral defendia a necessidade de “pensar numa saída airosa do euro enquanto ainda há tempo”. Em 2013 regressa ao tema, num livro intitulado *Porque devemos sair do euro*, no qual defende que a própria salvaguarda da sobrevivência de Portugal como país independente aconselha a saída da zona euro.

Em 2012, é Octávio Teixeira quem defende que a saída do euro “é uma necessidade objetiva para a viabilização do País”. Invocando os efeitos negativos para a economia portuguesa da sobrevalorização do euro a partir de 2003 (que estima entre 30% e 40%), sustenta que o relançamento da economia com base no aumento da produção nacional em condições de competitividade externa (quer no que toca às exportações quer no campo da substituição de importações) só é viável se forem repostos os equilíbrios estruturais da economia, o que exige necessariamente a “adequação do preço da moeda à realidade e à estrutura económica do País”, i.é, a “desvalorização estrutural da moeda, o que implica a saída do euro e a recuperação da soberania monetária”.

Num artigo de 2013, Carlos Carvalhas vem defender tese idêntica, advertindo, porém, que “o debate não se pode situar, nem numa saída com simplicidade esquemática, nem num quadro de apocalipse wagneriano.” A seu ver, a saída é uma questão complexa: “tem desde logo consequências difíceis, negativas, já referenciadas por muitos, pelo que teria de ser negociada e compensada.”

No que me diz respeito, defendi, no início de 2012, que “os países em dificuldades só terão a ganhar se forem discutindo as suas ideias sobre a estratégia e as consequências da saída da Eurozona, de modo a conseguirem, em conjunto, as condições menos desfavoráveis que for possível obter”, acrescentando que a ‘Europa’ “deve assumir a responsabilidade de ajudar estes países a reduzir o impacte negativo do abandono do euro.”

Creio que uma decisão unilateral de saída do euro não pode ser tomada de ânimo leve e não tenho dúvidas de que essa decisão teria consequências menos gravosas se fosse

uma decisão coletiva de vários países e se se verificasse, nestes países, uma correlação de forças favorável aos trabalhadores e às suas organizações.

Todos concordaremos que os riscos de uma tal decisão são sérios e de vária ordem. Para além dos riscos de fuga de capitais e até de corrida aos bancos para levantamento dos depósitos, o abandono do euro implicaria uma *desvalorização* muito acentuada da nova moeda. Mas a verdade é que Portugal precisa de desvalorizar a moeda com que opera (muito sobrevalorizada com a adesão ao euro) e sei bem que essa desvalorização não é possível no quadro da UEM.

É certo que a desvalorização potencia o aumento das exportações e dificulta as importações, ajudando a resolver, conjuntamente, os problemas da balança de pagamentos correntes. Mas não pode esquecer-se que o valor das exportações portuguesas inclui uma percentagem considerável de bens importados (nomeadamente combustíveis, matérias-primas, equipamentos, *know how*), cujos preços aumentariam por força da desvalorização, o que provocaria o aumento dos custos e dos preços dos produtos exportados.

Acresce a desvalorização da nova moeda produziria inflação, e esta, embora seja uma boa maneira de reduzir dívidas, reduziria também o poder de compra dos salários, com a conseqüente diminuição da procura interna, o que afetaria negativamente o conjunto (importante) das pequenas e médias empresas (trabalho-intensivas) que produzem essencialmente para o mercado interno, reduzindo o crescimento e aumentando o desemprego.

A desvalorização da moeda pode trazer novas dificuldades no acesso ao crédito junto dos mercados internacionais e pode induzir o aumento significativo dos encargos da dívida externa (amortização do capital e juros), a pagar em euros.

Apesar de tudo, creio que há boas razões para pensar que as conseqüências negativas da *desvalorização da moeda* e da inflação dela resultante serão menos gravosas do que a *desvalorização interna* em curso pela via das *políticas de austeridade*. Embora desfavorável para os que vivem dos rendimentos do trabalho, a *desvalorização da moeda* atinge mais generalizadamente todos os estratos sociais do que a referida *desvalorização interna*, que, como política de classe que é, se traduz exclusivamente em cortes nos

salários, nas pensões e nas prestações sociais do estado, i.é, no empobrecimento das pessoas e dos povos.

Se admitirmos uma desvalorização da nova moeda de 30%, calcula-se que ela provocaria uma inflação entre 8% e 9%, da qual resultaria uma diminuição dos salários reais à volta destes valores, inferior à que resultou, nos anos da *troika*, das *políticas de austeridade*, adotadas no quadro do euro e por causa do euro.

Tendo em conta os dados oficiais sobre a matriz *input-output* da economia portuguesa, calcula-se que, a pesar do aumento dos preços dos bens e serviços importados, uma desvalorização de 30% da futura moeda provocaria uma baixa dos preços dos bens e serviços exportados de cerca de 24%, com efeitos positivos imediatos no aumento da produção e do emprego.

Como os salários pesam pouco nos custos totais dos bens exportados (25%/30%), mesmo um corte ‘terrorista’ nos salários de 30% não traria um aumento de competitividade superior a 9%. Uma *desvalorização da moeda* de 30% produziria efeitos muito mais rapidamente e com maior impacte na dita competitividade, com a vantagem acrescida de que os efeitos da desvalorização da moeda beneficiariam os setores dos bens transaccionáveis, enquanto a redução dos salários atinge todos os sectores, beneficiando os ‘monopólios’ dos bens não-transaccionáveis e gerando consideráveis efeitos recessivos na economia.

6. - Depois dos ‘aperfeiçoamentos’ introduzidos na estrutura da UEM, com as ‘regras de ouro’ do *Tratado Orçamental* e da *União Bancária*, a permanência na zona euro pode significar, para Portugal, o agravamento da dependência do país, desequilibrando ainda mais a sua estrutura produtiva, que já apresenta um peso muito pequeno da indústria (à volta de 15% do PIB), um peso quase insignificante do setor primário (2% a 3% do PIB) e a incapacidade permanente para se desenvolver autonomamente, o empobrecimento humilhante e aniquilador do povo português, a sua redução a um estatuto ‘colonial’.

Não parece legítimo pedir aos povos do sul da Europa que continuem a suportar sacrifícios cada vez mais duros e humilhantes para salvar uma ‘Europa’ sem identidade

nem fronteiras, uma ‘Europa’ que não passa de um grande mercado unificado, uma ‘Europa’ governada pelo grande capital financeiro à luz dos interesses imperialistas das grandes potências europeias (nomeadamente a Alemanha), sempre empenhadas em alargar o seu *espaço vital* (o famoso *lebensraum* da Alemanha nazi).

A saída do euro apresenta-se hoje como o caminho da ‘libertação’ para os países que, manifestamente, não têm uma economia capaz de suportar uma moeda tão forte e as *regras* que a acompanham e não podem esperar da União Europeia (dada a sua natureza e o seu modo de funcionamento) a solidariedade e o impulso para que possam atingir níveis de desenvolvimento compatíveis com as características do euro. O problema ganha uma dimensão nova se admitirmos (e não faltam razões para isso) que países grandes e com economias mais fortes têm revelado grandes dificuldades em lidar com as exigências do *deutsche euro*. Estou a pensar – porque creio que a realidade dá crédito a esta hipótese – em países como a Espanha, a Itália e mesmo a França.

A solução da saída do euro implicará sacrifícios, sem dúvida. No entanto, creio ser imperioso, para um país como Portugal, recuperar a sua soberania monetária e cambial, i.é, a capacidade de decidir soberanamente sobre a emissão de moeda para financiar políticas públicas, o recurso à manobra da taxa de juro para condicionar e orientar as políticas de investimento e de consumo, o recurso à variação da taxa de câmbio para facilitar a reestruturação do tecido produtivo e para enfrentar dificuldades externas de natureza conjuntural. E recuperar a sua *soberania plena*, para impedir a pilhagem dos recursos naturais e das empresas estratégicas que constituem o pilar da soberania, e para readquirir a capacidade de decidir soberanamente sobre o próprio futuro. E esta é a essência da democracia: ser o povo a decidir livremente o seu destino coletivo. Sair do euro poderá não ser suficiente, mas é indispensável.

A solução preferível é sem dúvida uma saída negociada e apoiada. O processo de saída iniciar-se-á com a declaração da impossibilidade de pagar a dívida e os encargos dela. Mas a dívida não desaparece. Por isso é que é importante a colaboração das instituições da UEM, que poderá traduzir-se na redução do montante da dívida (não pagamento da dívida ilegítima ou odiosa, perdão de uma parte da dívida) e na definição de outros pontos da necessária reestruturação da dívida (período de carência, taxas de juro, prazos de vencimento, suspensão dos pagamentos em caso de recessão, etc.), bem como na garantia do BCE relativa à sustentabilidade do sistema bancário do país que

abandona o euro e no seu apoio à manutenção da inevitável desvalorização da nova moeda dentro de limites toleráveis (25%-30%), ajudando o país a diminuir o peso da dívida pública externa (por ex., permitindo a recompra de títulos da dívida em condições favoráveis) e a defender-se de movimentos especulativos contra a nova moeda.

Um país que queira sair do euro não deve assumir, a meu ver, uma saída isolada e não apoiada. Mas não deve fugir a ela, se os *credores* a impuserem. Historicamente, esta foi, aliás, a situação da generalidade dos povos colonizados, que tiveram de conquistar a sua independência fazendo a guerra aos colonizadores e enfrentando ainda, após a independência, a hostilidade e o boicote político e económico da antiga potência colonial.

7. - Vale a pena refletir sobre um outro aspeto. A meu ver, as consequências negativas da saída do euro serão reduzidas e as suas vantagens serão potenciadas se ela for enquadrada por um conjunto de medidas que teriam de passar pela nacionalização da banca e pelo controlo dos movimentos de capitais; pela nacionalização de setores estratégicos da economia (nomeadamente os serviços públicos, a energia, os transportes, as telecomunicações); por uma política económica voltada para o aumento da produção, valorizando os recursos naturais e humanos; pela reforma do estado, para acabar com a corrupção e instituir mecanismos de eficiência administrativa e de transparência governativa; pelo combate à evasão e à fraude fiscal; pela tributação mais pesada das grandes fortunas e dos rendimentos do capital e pela redução dos impostos indiretos; por grandes investimentos (semeadores de futuro) na educação, ciência e tecnologia, na saúde e nas políticas tendentes a reduzir significativamente as desigualdades sociais.

Todos concordaremos que este programa político só poderá levar-se a cabo por decisão do povo soberano e só terá êxito se existirem condições que configurem uma correlação de forças favorável aos trabalhadores e às suas organizações sindicais e políticas.

Mas, para além de um forte apoio social interno, este programa terá de contar com um reconhecimento internacional que respeite a opção de saída do euro, que não empurre o país que a adotou para a autarcia e que o liberte de um qualquer bloqueio imposto pelas potências imperialistas.

Até hoje, a ‘Europa’ do *deutsche euro* tem-se limitado a *punir exemplarmente* os ‘países do sul’, condenando-os a pagar sozinhos o custo dos desequilíbrios estruturais provocados pelo euro (em desfavor dos países mais débeis), bem como o custo desta *crise do euro* e da especulação contra o euro.

À luz da História, entendo, porém, que, se e quando chegar o momento de um qualquer país (Portugal, Grécia, ou outros) abandonar o euro, a UE e os seus estados-membros têm o estrito dever de ajudar estes países a reduzir o impacte negativo do abandono do euro. Quem nos empurrou para a armadilha do euro prometendo-nos o *paraíso* (escondendo que o propósito último era o de nos arrastar para o *inferno* dos países colonizados, com *economias escravas*), tem, nessa circunstância, a obrigação de ajudar o país que sai a cortar as amarras que nos prendem ao *inferno* da UEM e do Tratado Orçamental. É claro que se trata de uma guerra. Mas os ‘senhores da guerra’ não podem ignorar que as leis da guerra proíbem que se matem à fome os prisioneiros de guerra.

Resta uma questão por resolver. Países como Portugal não podem ignorar que a saída do euro não nos livrará das sujeições resultantes da permanência nesta UE, com as suas ‘regras do jogo’ neoliberais, que conduziram à desestruturação do nosso tecido industrial (e conseqüente *desindustrialização*), à destruição da nossa agricultura, ao abandono da pesca e do aproveitamento dos recursos marinhos, ao desmantelamento da marinha mercante e da construção naval, em suma, à destruição da nossa capacidade de desenvolvimento autónomo.

A verdade é que a UEM é apenas um dos pilares da *Europa imperialista*: a saída do euro não significa, por isso, a nossa ‘libertação’ das regras do jogo da *Europa do capital*: a entrega aos ‘mercados’ do ‘governo’ da economia e da sociedade; a liberdade absoluta de circulação de capitais; as regras da concorrência e das ajudas de estado, ao serviço dos interesses dos mais fortes; as exigências asfixiantes do *Tratado de Maastricht* e do PEC; a perda da autonomia financeira resultante do *Tratado Orçamental*; a perda de influência relevante na definição das políticas comunitárias, sobretudo depois da integração na UE dos países do centro e do leste da Europa que integram o ‘espaço vital’ da Alemanha, e, de modo irreparável, depois da entrada em vigor das novas regras de funcionamento aprovadas no *Tratado de Lisboa* (em virtude das quais desapareceu, na prática, a votação por unanimidade, a ‘bomba atómica’ dos pequenos países).

8. – A *Europa do euro* tem promovido e imposto o que Wolfgang Streeck chama o “primado duradouro do mercado sobre a política”, a tal ponto que Joschka Fisher não hesitou em escrever que “ninguém pode fazer política contra os mercados”. É o reconhecimento do que, já em 1980, o insuspeito Paul Samuelson chamou “fascismo de mercado” (o “fascismo amigável” de Bertram Gross). Tem razão W. Streeck: “o neoliberalismo não é compatível com um estado democrático”.

O novo poder da Alemanha, nesta Europa à deriva, que parece perdida de si mesma e perdida na História, está, com razão, a assustar muita gente. A *Europa alemã* está a levar demasiado longe a sua arrogância para com os *povos do sul*. O mal-estar cresce por toda a Europa.

Em julho de 2012, o semanário inglês *New Statesman* proclamava: “A mania da austeridade de Angela Merkel está a destruir a Europa”. Alargando o âmbito da reflexão, o antigo ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer, escreve: “A Alemanha destruiu-se – a si e à ordem europeia – duas vezes no século XX. (...) Seria ao mesmo tempo trágico e irónico que uma Alemanha restaurada (...) trouxesse a ruína da ordem europeia pela terceira vez”. Dá que pensar.

A História não se reescreve, mas também não se apaga. Não tenho tanta certeza de que não se repita. Para evitar o regresso da barbárie, é essencial que preservemos a memória. E é fundamental que todos tiremos todas as consequências das lições da História.

Não quero terminar sem dizer que as questões em aberto não se resolvem, a meu ver, pondo bigodes à Hitler nos retratos da Sr^a Merkel. O regresso da *Grande Alemanha* fez regressar os medos históricos da Europa, cujos povos têm sido secularmente martirizados e dizimados por guerras que não são as suas. E a extrema direita fascistoíde já está no governo na Hungria e na Finlândia. E domina a Ucrânia, com o aplauso e o apoio incondicional das chamadas democracias ocidentais, que nunca mais aprendem a história do aprendiz de feiticeiro.

No entanto, sabemos hoje que a 1^a Guerra Mundial não ocorreu porque um arquiduque foi morto numa rua de Sarajevo. E sabemos também que o nazi-fascismo não se confunde com o bigode de Hitler, com a sua personalidade psicopática ou com as suas ideias criminosas. O nazismo foi o resultado da aliança, em determinadas condições históricas (da história do capitalismo), entre os grandes monopólios alemães (da indústria e da finança) e os latifundiários *junkers* e o partido nacional-socialista.

O que hoje se passa aos nossos olhos é o fruto da *ditadura do grande capital financeiro*, que ganhou supremacia relativamente às atividades produtivas, produziu a ideologia neoliberal e tornou o mundo dependente dela, para seu proveito. Estes têm de ser os alvos do nosso combate, em especial no plano da *luta ideológica*, um terreno privilegiado da *luta de classes* nestes nossos tempos.

E vale a pena levar a sério o conselho do poeta paraibano Geraldo Vandré, vítima da ditadura militar: “Quem sabe marca a hora, não espera acontecer.” Porque, como nos diz o poeta-cantor Xico Buarque, “quem espera nunca alcança.”

António Avelãs Nunes
Professor Catedrático Jubilado
da Faculdade de Direito de Coimbra

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, João Ferreira do – *Porque devemos sair do euro – O divórcio necessário para tirar Portugal da crise*, Lisboa, Lua de Papel, 2013.

AVELÃS NUNES, A. J. – *A Crise do Capitalismo – Capitalismo, Neoliberalismo, Globalização*, Lisboa, Página a Página, 1ª edição, abril/2012 (6ª edição, revista e ampliada, 2013);

–A “*Europa como ela é*”, Lisboa, Página a Página, 2015.

–*O euro - Das promessas do paraíso às ameaças de austeridade perpétua*, Lisboa, Página a Página, 2015.

BECK, Ulrich – *A Europa Alemã – De Maquiavel a “Merkievel”*: Estratégias de Poder na Crise do Euro, trad. port., Lisboa, Edições 70, 2013.

CARVALHAS, Carlos – “O euro: questão fundamental na resposta à crise”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), Maio/2013.

HABERMAS, Jürgen – *Um Ensaio sobre a Constituição da Europa*, Lisboa, Edições 70, 2012.

KRUGMAN, Paul – *Acabem com esta Crise já!*, Lisboa, Editorial Presença, 2012.

LAPAVITSAS, C., A. KALTENBRUNNER, G. LAMBRINIDIS e outros – “The Eurozone Between Austerity and Default”, RMF Occasional Report, Setembro/2010, em www.researchonmoneyandfinance.org.

LAPAVITSAS, C., A. KALTENBRUNNER, D. LINDO e outros – “Eurozone Crisis: Beggar Thyself and Thy Neighbour”, RMF Occasional Report, Março/2010, em www.researchonmoneyandfinance.org.

LORDON, Frédéric – “Sair do euro, mas como?”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), Agosto/2013.

LOUÇÃ, Francisco e FERREIRA DO AMARAL, João *A SOLUÇÃO NOVO ESCUDO – O que fazer no dia seguinte à saída de Portugal do euro*, Lisboa, Lua de Papel, 2014.

STREECK, Wolfgang – *Tempo Comprado – A Crise Adiada do Capitalismo Democrático*, trad. port., Lisboa, Conjuntura Actual Editora, 2013.

TEIXEIRA, Octávio – “Sair do euro é preciso”, em *Avante!*, 8.11.2012;

– “Sair do euro e desvalorizar, a opção”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), maio/2013;

- “O País está pior. Urge a ruptura”, em *Seara Nova*, nº 1731, Primavera/2015, 4-6.

TELES, Nuno e Alexandre ABREU – “Sair do euro não é suficiente, mas é necessário”, em *Le Monde Diplomatique* (ed. port.), maio/2013.